

4. PEDIDO DE REEMBOLSO DO PAGAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS PAGOS PELA EMPRESA "CARTONAGEM DE S. TIAGO, S.A.":

Da **DIVISÃO FINANCEIRA** submetendo informação circunstanciada relativamente ao pedido de reembolso de taxas pago, por concessão de incentivo, à Empresa "Cartonagem de S. Tiago, S.A., nos termos da mesma.

Nº Informação: 28053

Data: 07/10/19

A Divisão de Contabilidade faz parecer
conforme.
08/10/19
[Assinatura]

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Assunto: Através do E/14268/2019 é solicitado o reembolso de 68.5% dos montantes de taxas e licenças pagos referentes às faturas n.ºs 009/36049/2018 e 009/36048/2018, processo RIII03/2018.

No que a estes serviços diz respeito, e relativamente ao pedido de reembolso parcial de taxas e licenças apresentado pela empresa “Cartonagem de S.Tiago, S.A.”, no âmbito dos benefícios fiscais que lhe foram concedidos por deliberações do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo do Município de Braga, datadas de 14/Janeiro/2019 e 25/Janeiro/2019, (Regulamento n.º 789/2016 do Município de Braga), informa-se:

1. Foram emitidas as faturas números 009/36048 e 009/36049, ambas de 21/Dezembro/2018, relativas a diversas taxas de licenças municipais, nos valores de 38.154,36 € e 115.273,09 €, respetivamente;
2. Tais faturas foram pagas pela empresa;
3. A fatura 009/36049, no montante de 115.273,09€ respeita unicamente à designada compensação a pagar por não cedência de terrenos para equipamentos e espaços verdes públicos decorrentes da operação urbanística.
4. Tal compensação por não cedência de terreno encontra-se regulada no artigo 44º do D.L. 555/99 de 16 de Dezembro, que se transcreve:

Artigo 44.º Cedências

1 - O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear cedem gratuitamente ao município as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal.

2 - Para os efeitos do número anterior, o requerente deve assinalar as áreas de cedência ao município em planta a entregar com o pedido de licenciamento ou comunicação prévia.

3 - As parcelas de terreno cedidas ao município integram-se no domínio municipal com a emissão do alvará ou, nas situações previstas no artigo 34.º, através de instrumento notarial próprio a realizar no prazo de 20 dias após a receção da comunicação prévia, devendo a câmara municipal definir, no alvará ou no instrumento notarial, as parcelas afetadas aos domínios público e privado do município.

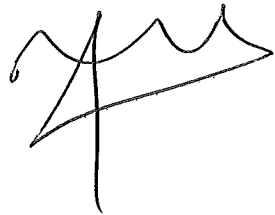
4 - Se o prédio a lotear já estiver servido pelas infraestruturas a que se refere a alínea h) do artigo 2.º ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio ou ainda nos casos referidos no n.º 4 do artigo anterior, não há lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal.

5 - O proprietário e demais titulares de direitos reais sobre prédio a sujeitar a qualquer operação urbanística que nos termos de regulamento municipal seja considerada como de impacte relevante ficam também sujeitos às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento”.

Pon cumprirh 20 dias apes
de sr vice-presidente, anen
informe de cobrança e
compensação por efeito de
cumprimento de regulamento
financeira de despesas. A consizep do sr. Proizh

À no do Euthus
mangel, para os efeitos
proprietários e afins.

19/10/24

A stylized handwritten signature, possibly reading 'J. M.', written in dark ink.

5. No Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB) em vigor (Regulamento nº973/2016 de 26 de Outubro de 2019), a compensação por não cedência de terrenos para equipamentos e espaços verdes públicos decorrente da aprovação de operações urbanísticas encontra-se regulada no Título III (artigos H-3/1º a H-3/8º);
6. Da análise das normas legais anteriormente referenciadas e transcrita resulta, em minha opinião, que as compensações, ainda que em numerário ou espécie (nº4 do artigo 44º do D.L. 555/99) não são passíveis de isenção e/ou redução;
7. No que concerne à fatura nº009/36048, contempla a designada TMU (taxa municipal de urbanização) e outras, sendo que os montantes ascendem a 25.965,41 € (TMU) e 11.188,95 € (outras taxas);
8. Relativamente à TMU, foi legalmente consignada nos artigos 116º e 117º do D.L.555/99 de 16 de Dezembro, e encontra-se igualmente prevista no Título II do mesmo Código Regulamentar (artigos H-2/1º a H-2/5º);
9. No seu artigo H-2/5º, que seguidamente se transcreve, encontram-se especificadas as isenções de pagamento da taxa municipal de urbanização:

Artigo H-2/5.º Isenções

1 - Estão isentas de pagamento de taxa municipal de urbanização:

- a) As operações urbanísticas cuja execução tenha sido objeto de acordo celebrado entre o Município e os particulares e desde que tal isenção fique estabelecida no respetivo contrato;*
- b) Por deliberação da Câmara, ou despacho do seu Presidente, as habitações de carácter unifamiliar, com área bruta de construção inferior a 240 m², pertencentes a famílias de fracos recursos, mediante demonstração da sua insuficiência económica devidamente comprovada através de inquérito socioeconómico;*
- c) Os empreendimentos a que, por deliberação da Câmara Municipal, venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, bem como, mediante deliberação do mesmo órgão, os empreendimentos da iniciativa de pessoas ou entidades, devidamente legalizadas, que prossigam, na área deste Município, fins de carácter cultural, social, religioso, desportivo ou recreativo;*
- d) As operações de loteamento e as construções inseridas em prédios vendidos ou doados pelo Município de Braga”.*

10. Compulsado o contrato de Investimento entre o Município de Braga, a Agência para a Dinamização Económica, E.M, e a Cartonagem São Tiago, S. A., constata-se que se refere, na cláusula 6º, que a Cartonagem São Tiago beneficiará dos seguintes incentivos ao investimento:

- a) Incentivos sobre o Valor bruto do IMI de redução de 68.5%, pelo período de 4 anos (...);***
- b) Incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 68.5% (...);***



11. Nada se refere, pois, em relação à isenção de TMU;
12. Assim, a exemplo do que sucedera no contrato de concessão de incentivos ao investimento outorgado entre o MB e as empresas Keadrum S.A. e Bysteel, S.A., também aqui se mostra desejável, —e uma vez que o contrato nada diz quanto a isso—, que o mesmo seja presente ao Executivo Municipal a fim de esclarecer se, de facto, era intenção do MB incluir nos incentivos a conceder a designada Taxa Municipal de Urbanização, Na linha do proposto na informação jurídica n.º 12314 de 18/04/2019.
13. Informa-se, por último, que os 68,5% de isenção concedidos traduzem-se nos seguintes montantes (excluídas as compensações):
 - a. TMU : 18.471,31 € (26.965,41 € x 68,5%)
 - b. Outras taxas : 7.664,43 € (11.188,95 € x 68,5%)
 - c. Total : 26.135,74 € (18.471,31 € + 7.664,43 €)

Sempre salvo melhor opinião,

À consideração superior.

Raquel

Quando. A unidade superior.

*Como menciona a unidade superior, remete-se à Divisão de
Atividades para os efeitos anteriores ao Lei de
Amparo e Proteção ao Idoso.*

2019/10/07

[Signature]

*Quando. Quanto à taxa de
compensação, e atendendo à sua
"razão" (compensar o município pela
nas edificações regularmente de valor),
a mesma não pode ser objeto de
isenção neste tipo de incentivo.*

*Quanto ao resto, quando
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães*

Utilizador: Ana Raquel Miranda Gouveia Lopes

